

“ESCOLAS REUNIDAS E GRUPOS ESCOLARES: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM MATO GROSSO”

Elton Castro Rodrigues dos Santos – UFMT

Agência Financiadora: CAPES

Introdução

As pesquisas historiográficas sobre as instituições escolares tem avançando significativamente no campo da História da Educação brasileira. Noronha (2007) argumenta que a historiografia das instituições escolares não se caracteriza como um campo novo de pesquisa, devido aos significativos trabalhos realizados na História da Educação, como o de Rosa Fátima (2011) intitulado “*História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 1961)*” e de Diana Gonçalves Vidal (2006) intitulado *Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. O que se configura como novo é o modo de se fazer o registro histórico destas instituições, articulando metodologicamente os diferentes contextos de produção a um campo formal de conhecimento. Por isso, Noronha (2007) chama a atenção para que os pesquisadores não reduzam as pesquisas cujo objeto seja as instituições escolares, a mera descrição narrativas, sem relação entre os diferentes elementos constitutivos das mesmas.

Sobre o assunto, Werle (2009) ressalta que ao se estudar instituições educacionais se deve considerar as relações do particular com o contexto geral, considerando os ritos e símbolos, capazes de tornar presente o que está ausente. Para Sanfelice (2006, p.79) não é apenas “[...] registrar o passado e/ou presente, por meio de narrativas baseadas em fontes, mas de compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade e que se utiliza das instituições escolares, como um espaço privilegiado para executá-la”. A pesquisa sobre os Grupos Escolares e as Escolas Reunidas caminhou nessa direção, considerando o contexto em que as fontes documentais foram produzidas.

Os grupos escolares em Mato Grosso foram normatizados pelo Regulamento da Instrução Pública Primária de 1910, marco inicial da presença do modelo de escola graduada no estado, organização escolar difundida pelos grupos escolares e as escolas reunidas em todo país. A escola graduada, em sua infraestrutura física, incluía edifícios compostos por várias salas de aula, com corpo docente numeroso, além de uma organização fundada nos preceitos da escola graduada, ou seja, entre outras prerrogativas, contemplava a divisão do trabalho docente e a classificação dos alunos por séries.

A escola graduada se constituía, nas primeiras décadas republicanas, em modelo de instituição educacional almejada pelos governantes brasileiros. “Tal centralidade se evidenciará em termos de interiorização e de expansão, inclusive com a atuação crescente de poderes locais e regionais no processo de escolarização.” (SCHUELER; SÁ; FERRO, 2010, p. 128). A escola graduada, para a mesma autora (p. 114),

[...] fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.

O método simultâneo veio substituir o ensino individual, no qual o “professor chama sucessivamente para perto de si cada aluno e lhe dá atenção por alguns minutos”; já no método simultâneo, “o ensino não se dirige mais a um único aluno, como no modo individual, mas pode atender a cinquenta ou sessenta alunos ao mesmo tempo.” (LESAGE, 1999, p. 6). Essa nova forma de organização se constituiu como elemento importante para a escola graduada, pois, por meio desse método,

[...] um único professor trabalha simultaneamente com todos os alunos da classe, com base em atividades a serem desempenhadas por todos ao mesmo tempo. Esse método irá requerer cada vez mais a homogeneidade das turmas, o que será obtido a partir da implementação progressiva da seriação como um elemento-chave da forma escolar moderna, sendo observado de forma mais sistemática no período republicano. (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 37).

Dessa forma, a utilização do método simultâneo consistia em dividir os alunos em classes de acordo com o “[...] mesmo nível de conhecimentos e de idade dos alunos, eram entregues a uma professora, às vezes acompanhada de uma assistente, que deveria propor tarefas coletivas. Cada um e todos os alunos teriam que executar uma mesma atividade a um só tempo.” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

A criação e instalação dos grupos escolares em Mato Grosso foram autorizadas nas cidades mais prósperas e inicialmente, utilizaram prédios provisórios (REIS, 2011, p. 92). Com relação ao Regulamento de 1910, este,

[...] foi criado para normatizar todos os estabelecimentos do ensino primário do Estado, em especial – a Escola Isolada e o Grupo Escolar recém criada do.

O Decreto nº 265, de 22 de Outubro de 1910 tratava-se de um extenso e meticuloso documento composto de 215 Artigos, que dispunha sobre as bases de organização a estrutura e os tipos de estabelecimento de ensino, período letivo, férias regime de aula critérios para promoção de alunos, atribuições do corpo docente, administrativo disciplina e escrituração escolar, instituições complementares da escola entre outros itens. (REIS, 2011, p. 92).

As Escolas Reunidas foram criadas 17 anos mais tarde, com a implementação do Regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso em 1927. Em relação à implantação do Regulamento de 1927, ocorreram outras mudanças além da criação das escolas reunidas, como por exemplo, o desmembramento das escolas isoladas em: escolas isoladas urbanas, escolas isoladas distritais, escolas isoladas rurais e escolas isoladas noturnas.

Os grupos escolares e as escolas reunidas são modelos similares de instituições educacionais, esse fato fundamentou os esforços para pesquisar e analisar a criação dessas duas modalidades escolares em Mato Grosso entre as décadas de 1910 e 1940.

A metodologia adotada para a pesquisa, compreendeu análise de fontes documentais, como relatórios de presidentes do estado, inspetores de ensino e diretores da instrução pública, disponíveis nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM). O recorte temporal foi escolhido por contemplar a criação dos grupos escolares e das escolas reunidas em Mato Grosso e o momento significativo de sua expansão no estado de Mato Grosso.

As análises históricas que compõem este trabalho partem do pressuposto de que “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita.” (CERTEAU, 1982, p. 66). Dessa forma, pode-se considerar que a história faz parte da ‘realidade’ privilegiada, e que a mesma pode ser apropriada enquanto ‘atividade humana’ e enquanto ‘prática’.

De acordo com Le Goff (2001, p. 27), a história só se concretiza com a utilização de “uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas: poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes. É que os fatos humanos são, em relação aos outros, complexos.”

Entender as singularidades apresentadas pelos grupos escolares e as escolas reunidas mato-grossenses dentro de um contexto geral foi um desafio a ser superado cotidianamente. Conforme Sanfelice (2006, p. 25), esse se constitui o “trabalho maior do historiador”. Para o autor,

[...] essa é uma questão que, no momento, fica só anunciada, embora seja imprescindível enfrentá-la quando se faz pesquisa historiográfica. Nenhuma Instituição Escolar tem o sentido da sua singularidade explicitado, se tomada apenas em si mesma. Uma instituição escolar avança, projeta-se para dentro de um grupo social. Produz memórias ou imaginários. Mobiliza ou desmobiliza grupos de pessoas e famílias; assinala sua presença em comemorações, torna-se notícia na mídia, ou seja, é muito, mas muito mais mesmo do que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem, aprenderem etc.

Por esse motivo, “a história de uma instituição escolar não traz o sentido que ela realmente tem, se for tomada de forma isolada de todo o contexto.” (SANFELICE, 2006, p. 25).

1.0 Os Grupos Escolares como modelo educacional de qualidade

A implantação dos grupos escolares se constituiu em marco na educação do país, “um momento crucial de produção da necessidade de re-fundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada.” (FARIA FILHO, 1999, p. 39).

A cidade de São Paulo foi pioneira na implantação de um modelo de escola graduada, com a criação da Escola Modelo, em 1890, que funcionava anexa à Escola Normal Caetano de Campos, prestando-se como local de estágio para a formação de futuros professores. A implementação da Escola Modelo acarretou diversas mudanças, como: “adequação do prédio escolar às finalidades educativas, atendendo as recomendações pedagógicas e higiênicas; mudança no relacionamento do aluno-professor, estimulando a participação deste último nas aulas; e a substituição de castigos físicos por castigos morais.” (POUBEL e SILVA, 2006, p. 53). A experiência da escola graduada, implantada inicialmente na capital paulista, frutificou, pois, em 1893 foram criados os grupos escolares, formato mais elaborado do ensino graduado, concentrando num único edifício diversas classes regidas por professores normalistas e já imbuídos dos pressupostos escolanovistas, já divulgados à época.

A expansão dos grupos escolares em São Paulo buscava acompanhar o desenvolvimento urbano. Segundo Souza (2010, p. 165), em 1929 “já haviam sido instalados 297 grupos escolares”, totalizando um montante de “4. 249 classes – 47 localizados na capital e 250 nas cidades do interior [...]”.

No estado do Rio de Janeiro, o Decreto Legislativo nº 38, de 9 de maio de 1893, estabeleceu que “a municipalidade mandaria construir, em casa circunscrição urbana do

Distrito Federal, um ou mais grupos escolares conforme a densidade da população.” (CAMARA; BARROS, 2006, p. 285). Porém, a implantação efetiva dos grupos escolares cariocas ocorreu somente em 23 de janeiro 1897, por meio de uma Lei promulgada pelo prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida. Sobre o assunto, Torres (2009, p. 58) esclarece que “[...] a partir do Decreto nº 377, de 23 de março do mesmo ano, os intendentess aprovaram a reorganização do ensino primário municipal e todos os assuntos relativos à diretoria de instrução. Um novo regulamento da instrução foi aprovado em 1901.”

No cenário fluminense, os governantes, à época, tinham a pretensão de limitar “o número de estabelecimento destes grupos escolares apenas nas principais cidades, onde funcionariam, no mesmo espaço, mas não em regime misto, as escolas masculinas e femininas”, como ocorria em São Paulo. A autora acrescenta que os governantes acreditavam que a criação deste modelo escolar “[...] era a medida vantajosa pela economia de recursos com os alugueis de casas escolares e pelo atendimento à ‘ordem’ e à ‘disciplina’ pedagógica.” (SCHUELER, 2010, p. 119). Os grupos escolares no estado do Rio de Janeiro não tiveram uma expansão de imediato, vindo isso a ocorrer somente a partir de 1916, com um total de 33 instituições, e chegando a 60 unidades em 1927.

Em Minas Gerais, os grupos escolares foram implantados a partir na Reforma João Pinheiro, de 1906, num momento em que se buscava estabelecer nova diretriz para a Instrução Pública mineira no início do período republicano. Sobre a Reforma João Pinheiro, Araújo (2006, p. 5), acrescenta que sua implantação se deu em um período de transformações na educação primária estadual, implicando

[...] em reestruturações, em mecanismos de participação dos municípios através dos edifícios escolares, a dar centralidade à inspeção como a alma da educação escolar, em eleger a arquitetura escolar como expressão simbólica do republicanismo, em privilegiar a reestruturação de programas de ensino, bem como a reencaminhar novas orientações e diretrizes para a metodologia de ensino etc.

Em Mato Grosso, o Palácio da Instrução, construído na Capital para abrigar a Escola Normal, o Liceu Cuiabano e a Escola Modelo (1º Grupo Escolar de Mato Grosso), foi a mais imponente instituição educacional construída no estado nas primeiras décadas de 1900 e constitui, contemporaneamente, um patrimônio arquitetônico de grande relevância para a história educacional e cultural de Mato Grosso. Sobre o assunto, Cunha (2009, p. 59) esclarece:

O projeto do “Palácio da Instrução”, em Cuiabá, atendeu rigorosamente no aspecto social, à organização capitalista de escola, já que a questão republicana prioritária não era prover de ensino um grande número de alunos (embora o discurso fosse de educação popular), mas sim, levar o conhecimento a alguns poucos privilegiados, mantendo-os entre as paredes das salas de aulas, submetidos ao olhar vigilante do professor o tempo necessário para terem seu caráter domado e seu comportamento convenientemente formado, até que fossem transformados em cidadãos e trabalhadores educados, de bom caráter e lhes fossem atribuídas qualidades servis, mostrando-se preparados para ocupar cargos de mando e no mercado de trabalho que surgia.

De acordo com Sá (2007, p. 125), o Palácio da Instrução representou, à época, um contraste no cenário urbano da capital, tendo em vista que nesse período Cuiabá era “composta de casa feitas de abobe, constituindo um exemplo de como deveria ser a cidade moderna”, conforme se vê na imagem que se segue, na qual o referido prédio está localizado ao lado da Igreja Matriz (canto esquerdo da foto).



Ilustração: 01: Palácio da Instrução, Cuiabá – MT, década de 1950.
Fonte: SIQUEIRA, 2002, p. 186.

O prédio do Palácio da Instrução abrigou a Escola Normal e, de acordo com as normativas de 1910 que regiam a instituição, haveria, anexa a ela, um grupo escolar “sob a denominação de Escola Modelo” (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, 1910, Art. 131, p. 169). Com relação a Escola Modelo, Reis (2005, p. 128) esclarece que essa “foi uma instituição de ensino primário que serviu de ‘oficina pedagógica’ para os alunos da escola normal, além de ser o ‘modelo’, para demais escolas primárias do estado.”

Os grupos escolares seriam constituídos de, no mínimo, 8 classes e instalados nas localidades com, pelo menos, 250 crianças em idade escolar, residindo num raio de 2 quilômetros. Para as classes dos grupos escolares, seriam destinados professores com “1- um ano de exercício efetivo em escola urbana; 2- dois anos em escola rural; 3- e por professores normalistas, com três anos de exercício interino.” (REGULAMENTO, 1927, Art. 34, p. 172)

A prerrogativa do Regulamento determinava que a classe do grupo escolar cuja matrícula excedesse a 45 alunos, seria “[...] desdobrada, dando-se à nova classe que resultar do desdobramento, provimento interino, sendo nomeados os normalistas que tiverem maior nota no cômputo geral das obtidas no curso das escolas normais.” (REGULAMENTO, 1927, Art. 136, p. 172).

Para se constituírem como instituição, os grupos escolares absorveram escolas isoladas ou reunidas, cujos alunos eram distribuídos em 8 ou mais classes, assim como os professores incorporados ou aproveitados como adjuntos no mesmo estabelecimento ou, ainda, dispensados de seus serviços, se houvesse, na hora da junção das escolas, o fechamento de uma classe, seriam dispensados, primeiro, os interinos e, depois, os efetivos, seguindo a ordem de maior tempo de serviço (REGULAMENTO, 1927, Art. 60, p. 172).

A proposta pedagógica para os grupos escolares mato-grossenses teve ensino de Educação Moral e Cívica incluído em sua grade curricular, por entenderam que,

[...] o ensinamento dos deveres de cada qual para consigo, para com os seus, para com a Sociedade e para com a Patria. E isto se faz pelo estímulo do patriotismo, ministrando ao alumno o conhecimento dos heroes verdadeiros, daquelles que, por seus meritos e virtudes cívicos, dignos se fizeram do nosso amor e do nosso respeito. (RELATÓRIO, 1910, p. 10).

O programa de ensino do estabelecimento abrangia também uma educação voltada para o aprendizado das seguintes matérias ou disciplinas:

[...] uma uniformidade perfeita em suas aulas e impossibilita completamente o desenvolvimento maior de uns em prejuízo de outros conhecimentos. Os programas da primeira a’ quarta classe, contem, de accordo com o desenvolvimento particular de cada classe, as seguintes materias: Leitura – linguagem oral e escripta – arithmetica – geographia – historia patria – sciencias phisicas e naturaes e hygiene – educação moral e civica – geometria – musica – desenho – gymnastica e trabalhos manuaes. (RELATÓRIO, 1910, p. 10).

Com relação à educação física, essa disciplina era considerada necessária, pois acreditava-se que a evolução dos aspectos psicológicos do homem teriam estreita relação com

sua vida orgânica: “Não seria portanto natural que a escola cuida-se dos educados moral e intelectualmente, desprezando a educação física. Já de ha muito se conhece o vulgar - *mens sana incorpore sano*.” Por isso, a importância de se articular o desenvolvimento psicológico com o desenvolvimento físico (RELATÓRIO, 1910, p. 10).

Os grupos escolares não apresentaram uma expansão significativa até 1930, tendo saltado numericamente em quantidade de estabelecimento a partir da década de 1940. Em 1947, foi detectado um crescimento significativo de grupos escolares em Mato Grosso, num total de 24, passando, em 1948, para 25 e, em 1949, para 28. O número de professores foi, conseqüentemente, aumentando, passando de 479, em 1947, para 1.136 docentes, em 1949 (MENSAGEM, 1950). Esse fato talvez esteja relacionado com a implantação das escolas reunidas em Mato Grosso a partir de 1930, um modelo opcional de escola graduada, similar em sua organização aos grupos escolares e que, ao se consolidar com uma média de oito classes ao ano, poderia se elevar a categoria de grupo.

2.0 As escolas Reunidas como modelo educacional similar ao Grupo Escolar

As escolas reunidas, modalidade escolar implantada em alguns estados brasileiros, tinha sua organização espacial e curricular baseada nas normativas que regiam os grupos escolares. No estado de São Paulo, essas instituições educacionais foram constituídas na década de 1890. O modelo de escolas reunidas, inicialmente, foi tolerado pelos governantes paulistas como:

[...] um tipo de escola provisória que deveria desaparecer em breve, as Escolas Reunidas foram se incorporando ao sistema público de ensino como resultado das demandas populares pela escola pública em bairros e vilas onde se verificava a aglomeração de crianças e havia a impossibilidade de implantação do Grupo Escolar devido aos seus critérios legais estabelecidos para a criação dos mesmos. (SOUZA, 2009, p. 144).

As normas que regulavam as escolas reunidas paulistas datam de 13 de abril de 1912, por meio do Decreto nº 2.225, que preconizou a existência, nos lugares com maior densidade populacional e onde houvesse mais de uma escola com dificuldades de provimento. Mediante essa situação, o governo poderia reunir as escolas em um só prédio. Sobre o assunto, Souza (2010, p. 162) explica que essas seriam implantadas “nas sedes dos municípios cuja população escolar fosse insuficiente para a criação de um grupo escolar e em outra localidade.

Quando foram criadas as escolas reunidas no Piauí, em 1910, elas vinham ao encontro das contenções de gastos aspiradas pelos governantes piauienses. De acordo com Lopes (2006, p. 88), a preponderância das escolas reunidas “[...] ocorreu, principalmente, em decorrência do seu baixo custo em relação ao grupo escolar e por apresentar vantagens de, ao agrupar as escolas isoladas, proporcionar maior controle do trabalho docente e economia com aluguéis para o governo.”

Como precursora dos grupos escolares piauienses, as escolas reunidas, nas observações de Lopes (2006, p. 87) predominaram “[...] durante toda essa primeira fase da implantação dos grupos escolares.” Essa supremacia fazia com que os grupos escolares fossem criados inicialmente como escolas reunidas. Isso porque “Escolas Reunidas era então a etapa primeira, e muitas vezes duradoura, da constituição de um grupo escolar, embora não fosse necessário que elas existissem” para que este fosse criado.

Gradativamente, as escolas reunidas passaram a ser uma alternativa viável economicamente no estado piauiense. “O Regulamento da Instrução Pública expedido com o decreto nº. 434, de 1910, previa, em seu artigo 87, a criação, incondicional, de tais escolas na capital e, condicionalmente, nas localidades que oferecessem prédios apropriados para tal, ou onde o Estado os cedesse.” (LOPES, 2006, p. 88).

Em 1926, ao assumir a presidência do estado, Mário Corrêa da Costa defendeu a ideia de que Mato Grosso deveria reorganizar a instrução pública. Para isso, em 1926, formou uma comissão para a elaboração do novo Regulamento da Instrução Pública estadual, composta pelo Dr. Cesário Alves Corrêa, diretor geral da instrução pública, Jayme Joaquim de Carvalho, Isac Povoas, Júlio Müller, Franklin Cassiano da Silva, Philogonio Corrêa, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas, Alcindo de Camargo e Rubens de Carvalho, o último, professor paulista contratado pelo governo para atuar na instrução pública.

Além de manter os grupos escolares e dividir as escolas isoladas em três categorias: urbanas, rurais e noturnas, implantada pelo Regulamento de 1927 foi o de criar as escolas reunidas, “quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, num raio de 2 km, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento.” (REGULAMENTO, 1927, Art. 19, p. 166).

Conforme Eto (2012, p. 55), a reforma da instrução pública primária de 1927 pretendia, além de reorganizar o ensino primário, legitimar “o escolanovismo no Estado”. Sobre a Escola Nova, Schwartzman (1984, p. 70) esclarece que:

O movimento da Escola Nova, sem se constituir como um projeto totalmente definido, estruturava-se ao redor de alguns grandes temas e de alguns nomes mais destacados. A escola pública, universal e gratuita ficaria com sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. Caberia ao setor público, e não a grupos particulares, realizar esta tarefa; pela sua complexidade e tamanho, como também pelo fato de que não seria o caso de entregá-la ao facciosismo de setores privados. Este ensino seria, naturalmente, leigo. Sua grande função era, em última análise, formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem a tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando.

Segundo Alves (1998, 87), “apesar da proposta escolanovista não ter sido muito discutida em Mato Grosso, percebe-se a importância desta para o Estado, uma vez que apresentava o que de mais inovador havia para o ensino de modo geral.”

As escolas reunidas, nas prerrogativas do Regulamento de 1927, teriam o máximo de 7 e mínimo de 3 classes, obedecendo a quantidade não inferior a 15 e nunca superior a 45 alunos por classe. Diferentemente dos grupos escolares, onde havia uma ou mais classes para cada ano escolar, nas escolas reunidas era permitida a fusão numa só classe de dois ou mais anos do curso, ou a formação de classes mistas, quando o número de alunos matriculados fosse insuficiente para a separação por sexo e graduação de curso em salas distintas.

As classes que obtivessem matrícula e frequência inferior a 15 alunos, num período de três meses consecutivos, seriam extintas. Importante salientar que, nas escolas reunidas onde estivesse funcionando, no período de um ano, uma média frequente de oito classes, elas seriam transformadas em grupos escolares (REGULAMENTO, Art. 28, 1927).

A documentação indicou um constante movimento de mudança de categoria escolar, uma vez que as escolas reunidas poderiam ser transformadas em grupos escolares pelo aumento das classes, ou o quando algum grupo escolar não funcionasse com o número de alunos prescrito no Regulamento de 1927, seria rebaixado a escolas reunidas, como no caso do Grupo Escolar de Ponta-Porã.

Sob a justificativa de contenção de gastos, o diretor geral da instrução pública de Mato Grosso, Franklin Cassiano da Silva, afirmou que “não podia permanecer-me indiferente diante à despesa que vinha fazendo o Estado para manter um grupo sem eficiência no ensino e cuja matrícula era de 146 alunos, inferior, portanto, a de todas as escolas reunidas existentes no Estado.” (RELATÓRIO, 1931, p. 8), por isso, seria rentável transformar o Grupo Escolar de Ponta-Porã em escolas reunidas. O prefeito da cidade protestou contra essa medida, talvez

porque a cidade perderia o status fechando um estabelecimento de ensino que era símbolo de progresso.

Outra característica própria das escolas reunidas era quanto à administração escolar. Em contraposição aos grupos escolares, sua direção ficaria a cargo de um professor nomeado pelo governo, com regência indispensável de classe. Este teria vencimentos iguais aos demais professores das escolas reunidas, mas seria acrescida uma “gratificação mensal de 30\$000 (trinta mil réis) por classe, não computada a sua.” (REGULAMENTO, 1927, Art. 26, p. 166).

Para o funcionamento das escolas reunidas era necessário apenas “um porteiro servente, com o ordenado arbitrado pelo governo”, sendo contratado e/ou dispensado pelo Secretário do Interior. A ele caberiam deveres e obrigações dispensados aos porteiros e serventes dos grupos escolares, acumulando, nessa medida, dupla função (REGULAMENTO, 1927, Art. 30, p. 183).

O regimento interno das escolas reunidas seguiu as mesmas diretrizes dos grupos escolares, ficando sua organização sob a responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução, desde que estivesse em consonância com as aspirações do governo estadual.

Quando o prédio das escolas reunidas apresentasse limitações para atender a demanda de alunos, o diretor poderia determinar seu o funcionamento em dois turnos. O diretor ministrava aulas somente em um período, mas teria que permanecer na escola por dois turnos e, para isso, receberia “além dos seus vencimentos, uma gratificação de 50\$000 (cinquenta mil réis), correspondente à direção do segundo turno.” (REGULAMENTO, 1927, Art. 57, p. 171).

A escola reunida que fosse transformada em grupo escolar ofertaria ainda a opção de seus docentes se integrarem ao quadro de professores adjuntos. Essas instituições teriam o provimento de vagas para efetivação do quadro de professores por meio de concurso público.

Para tanto, o docente teria ter dois anos de exercício do magistério em escolas rurais, ou um ano como professor em escolas urbanas, podendo também se inscrever em concurso “professores normalistas que contarem quatro anos de magistério público ou particular.” (REGULAMENTO, 1927, Art. 62, p. 172). O concurso era composto de dois momentos: uma prova escrita e outra prática. O Diretor Geral da Instrução Pública instituiria uma comissão, composta por quatro membros indicados pelo governo para analisar o desempenho dos candidatos, sendo dela seu presidente.

Com relação ao ano letivo das escolas primárias mato-grossenses, este deveria começar no dia 1º de março e terminar aos 30 de novembro, para todos os estabelecimentos de ensino primário. Haveria suspensão das aulas somente “aos domingos, nos dias feriados

nacionais e estaduais e nos dias que decorrem de 15 a 30 de junho” e nos dias decorrentes de férias. “Fora destes casos, somente serão suspensos os trabalhos excepcionalmente, por determinação do governo do Estado.” (REGULAMENTO, 1927, Art. 82, p. 179).

No ano de 1940, o relatório de Júlio Strübing Müller (Interventor Federal) trás informações sobre a implantação de novas unidades de escolas reunidas. Neste período, o número delas chegava a 20, passando, em 1943, para 23 unidades em funcionamento e 3 por serem instaladas: Escola Reunida Januário Rondon em Cuiabá, Escola Reunida Barra do Bugres em Barra do Bugres, Escola Reunida de São Vicente em Guiratinga, sendo as duas últimas criadas pelos Decretos da Interventoria Federal, nº 145, de 11 e 14 de maio de 1943 (RELATÓRIO, 1943). Abaixo, o modelo de escola reunida em Mato Grosso:



Ilustração 02: Antigo Prédio das Escolas Reunidas Caetano Dias Diamantino, MT - 1948.
Fonte: LIMA (Acervo pessoal), 2011.

Após duas décadas de funcionamento, em 1949, havia 11 grupos escolares instalados na zona urbana e 36 escolas reunidas espalhadas em todo Mato Grosso (MENSAGEM, 1949, p. 25). Nesse corrente ano, o Departamento de Educação e Cultura, apesar da carência de informações por parte de várias escolas primárias, considera o número de matrículas significativo, chegando a média a 15.766 alunos distribuídos nos seguintes estabelecimentos: grupos escolares 7.081, escolas reunidas 2.242 e escolas rurais (isoladas) 6.443. Observa-se que o número de alunos matriculados nas escolas reunidas ainda se mostrava bem inferior em relação às matrículas dos grupos escolares e das escolas isoladas rurais. Isso porque, segundo dados na mensagem de 1950, algumas escolas reunidas nesse período foram transformadas em grupos escolares.

O modelo de escola reunida mato-grossenses foi implantado com a intenção de que, depois de instituídas e consolidadas como instituições educacionais, se transformassem em

grupos escolares e, dessa forma, alavancassem qualitativamente a educação. As privações apresentadas pelas escolas reunidas de Mato Grosso se assemelhavam às dos grupos escolares, ficando por vezes, difícil determinar diferenças entre elas.

Considerações finais

A implantação e difusão das Escolas Reunidas em Mato Grosso se configuraram como objeto de estudo que foi se delineando ao longo de toda a pesquisa. Não havia estudos com esse enfoque em Mato Grosso e, a partir das fontes documentais, foi-se obtendo informações que esclareceram a importância dessa modalidade escolar no cenário mato-grossense.

Muitos documentos auxiliaram a presente pesquisa, porém, ressalta-se o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927, que trata da criação das escolas reunidas em Mato Grosso, sua organização estrutural e pedagógica (quase as mesmas dos grupos escolares). A partir desse documento foi possível desvendar outras fontes que pudessem esclarecer o cotidiano dessa modalidade escolar específica.

As informações documentais traçaram uma teia que entrelaçou as escolas reunidas e os grupos escolares. Primeiramente, os grupos escolares enquanto instituições almeçadas para o estado, visto que símbolo da modernidade, seja pela sua grandiosidade e qualidade de ensino, mas, sobretudo, por representar o que havia de mais moderno no processo ensino-aprendizagem; e depois, as escolas reunidas como uma mola propulsora na expansão da escola graduada. Como foi criada similar ao grupo escolar, à escola reunida seria, na visão dos governantes, economicamente mais viável, pois exigia menor investimento por parte do governo e, quando conseguisse ampliar sua clientela com a divisão dos alunos em 8 classes, seria classificada como grupo escolar, contribuindo, assim, para expansão dessa instituição educacional.

Nas escolas reunidas, a organização, segundo as normativas do Regulamento de 1927, previa a classificação dos alunos por série e nível de conhecimento, sendo que a divisão do trabalho docente compreendia um professor para cada série/classe constituída, além de ter reduzido número de classes e de funcionários. As mesmas determinações normalizaram os grupos escolares, que deveriam superar em todos os aspectos citados as escolas reunidas.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino (1910-1946)**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Os Grupos Escolares em Minas Gerais: a reforma João Pinheiro (1906). **Anais...** do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação: Uberlândia, Minas Gerais – Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf>>. Acesso: 01/03/2012.
- CAMARA, Sônia; BARROS, Raphael. Por um projeto escolar modelar: A constituição dos grupos escolares no Distrito Federal em finais do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2006. p. 277-298.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos** – RBPE, v. 90, n. 224, p. 122-148, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1258/1189>>. Acesso: 12/03/2012.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CUNHA. Eduardo Ferreira da. **Grupo Escolar, Escola Normal e Escola Modelo “Palácio Da Instrução De Cuiabá” (1900-1915)**: Arquitetura e Pedagogia. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT Programa de Pós – Graduação em Educação – IE. Cuiabá, 2009. 132p.
- ETO, Ana Paula Ennes de Miranda. **Por Entre o Movimento Escolanovista**: estudos em torno de escolas brasileira e argentina. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT Programa de Pós – Graduação em Educação – IE. Cuiabá, 2012. 126p.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EdIUPF, 1999, p. 19-39.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p.19-34, mai/jun/jul/ago. 2000.
- FERREIRA, Viviane Lovatti. A História dos Grupos Escolares no Espírito Santo. **Anais...** Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: História e historiografia, RJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/164_viviane.pdf>. Acesso em: 02/12/2012.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EdUnicamp, 2001.
- LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EdIUPF, 1999, pp. 9-24.
- LIMA, Dilza Vanni. **Depoimento** cedido ao Grupo de Pesquisa História da educação e Memória da universidade Federal de mato Grosso – GEM. Diamantino, Cuiabá – MT, 2012.
- LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana (Org.) **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: SP: Mercado de Letras, 2006, p. 81-107.

MATO GROSSO. **Mensagem** á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1949.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1927.

MATO GROSSO. **Relatório** da Escola Normal e Modelo Anexa. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1910.

_____. **Relatório** da Escola Normal e Modelo Anexa. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1931.

_____. **Relatório** da Escola Normal e Modelo Anexa. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1943.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A educação primária no estado da Bahia (1889-1930). In: **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950), 2010. p. 2-15p. (Documento manuscrito, não publicado) mineo.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das Instituições Escolares: Contribuição ao Debate Metodológico. In: LOMBARDI, José Claudinei [et al.] Orgs. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. 1ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR; SOROCABA, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p.165-176.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910 – 1927). Tese (Doutorado em Educação) – USP Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2006. 220 fls.

REIS, Rosinete M. **Palácios da instrução**: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927). Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT Programa de Pós Graduação em Educação, 2005. 240 p.

_____. **A Escola Isolada à Meia-Luz (1891/1927)**. Tese (Doutorado em Educação). USP Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2011. 310 p.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá: EdUFMT, 2007

SANFELICE, José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. **Revista HISTEDBR**, n. especial, p. 20-27, ago. 2006, 01-27p. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/Especial/art4_22e.rtf>. Acesso: 01/05/2012.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado: Expansão da Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública** - v. 19, n. 41 (set./dez. 2010) Cuiabá, EdUFMT, 2010, p. 535-550.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: Memória, História e perspectivas de Pesquisa. **Revista Tempo**. v. 13, n. 26, 2009, p. 32-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 01/07/2012.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; FERRO, Maria do Amparo Borges. A expansão da escola primária graduada nos Estados na Primeira República: a ação dos poderes públicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de, (Orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a Escola Graduada (1870 – 1930) 2011. Prelo. 128-141p.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra História; São Paulo: EdUSP, 1984.

SIQUEIRA, 2002, p. 186 foto

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo na Primeira República**: subsídio para a história comparada da escola primária no Brasil. 2010. 148-191. Mimeo.

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens pelo Progresso**: O Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902). Dissertação (Mestrado em História) – UERJ Programa de Pós-graduação. Rio de Janeiro 2009. 172 p.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. **Educ. Rev.** 2007, n. 45, p. 81-105. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n45/a05n45.pdf>>. Acesso em: 17/03/2012.